

# Principal preocupação: a recessão deve aumentar.

Luiz Sande, presidente do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, está preocupado com os efeitos dos cortes nos gastos das estatais sobre a economia privada em geral e disse ontem em Porto Alegre "que ao contrário do que alguns empresários pensam, nem tudo que é mau para as estatais é bom para o setor privado". E não é só ele que está demonstrando essa preocupação com efeitos do "pacote" que nem foi ainda concluído. O cardeal arcebispo do Rio, dom Eugênio Sales disse ontem "que as dificuldades de ordem econômica não devem pesar sobre aqueles que já estão nos limites das suas possibilidades para suportá-las" referindo-se ao expurgo do INPC que reajusta os salários.

O ex-ministro da Fazenda e atual presidente da Volvo brasileira, Karlos Rischbieter, ao sair de um encontro com o ministro Camilo Pena, em Brasília, disse que o País caminha para um impasse se não houver uma união nacional em torno de objetivos específicos, para solucionar os problemas econômicos. Ele afirmou que estão esgotadas as possibilidades de se resolver os problemas econômicos por intermédio exclusivamente da tecnocracia.

## Angústias

Luiz Sande, do BNDES, traduziu "cortes nos gastos das estatais" por redução de demanda de bens e serviços em geral, e consequente aumento da já grande ociosidade das empresas, principalmente as de bens de capital.

"Isto, no entanto", explicou, "não quer dizer que o corte não seja necessário. Ele é necessário, mas terá este efeito retrator sobre o mercado." Sande acrescentou ainda que, por um lado, a diminuição da demanda interna pode ter seus efeitos minimizados pelo "sucesso"

das exportações, mas, por outro, não será suficiente para impedir totalmente um aumento da ociosidade. Um outro efeito das medidas governamentais sobre as empresas do Estado é a liberação de mais recursos do BNDES para as empresas privadas. Habitualmente, o banco aplica 1/3 de seus recursos no setor estatal, e esta participação tenderá a diminuir.

Luiz Sande passou a tarde de ontem em contato com os empresários gaúchos, na sede da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs). Ao final, disse que as reivindicações que mais ouviu foram no sentido de uma ampliação da parcela de recursos para capital de giro no programa de atendimento às pequenas e médias empresas e o fim do limite de 30% para aplicação em capital de giro das verbas do Programa de Exportações (Proex). Es-

ta reivindicação já está por ser atendida, explicou.

O cardeal-arcebispo Dom Eugênio Sales, ao comentar o decreto presidencial que a partir de agosto permitirá o expurgo do INPC nos reajustes salariais, condenou essa e qualquer outra medida que vier a fazer parte do pacote econômico "se ela tiver como objetivo atingir a classe trabalhadora". Ele não quis aprofundar-se no problema, dizendo que não compete ao bispo governar o País. "O bispo governa sua diocese, mas, evidentemente, é um pastor, não apenas das almas mas de indivíduos, e participa das suas angústias e das suas necessidades".

Karlos Rischbieter disse que o presidente Figueiredo já está adotando uma forma "não tenocrática" de resolver os problemas econômicos, como se viu no encaminhamento das discussões em torno do

corte nas estatais. Mas mostrou-se pessimista com o comportamento tanto do mercado interno quanto do externo.

Em setembro do ano passado, disse, a Volvo negocou com a Arábia Saudita a venda de 450 caminhões. O embarque da mercadoria, contudo, foi sendo adiado sucessivamente e, agora, o governo da Arábia Saudita desistiu do negócio. As perspectivas para as exportações, na sua opinião, dependem da recuperação econômica dos países industrializados.

## Pacote demora demais

O presidente da Associação Commercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, acha por seu lado, que o governo está demorando demais em adotar efetivamente o corte nos gastos das estatais. "É urgente e indispensável para completar o pacote; em caso contrário, os resultados esperados não serão plenamente atingidos e, mais uma vez, recairá sobre o setor privado o ônus do processo de ajuste", disse. Mas para Afif, o corte não deve significar supressão indiscriminada dos benefícios dos trabalhadores dessas empresas.

Já o economista Carlos Lessa propôs ontem, em Curitiba, a formação urgente de uma frente política dos governadores de oposição, para propor alternativas para o enfrentamento da crise e evitar assim o retrocesso político. Para ele, o corte nas despesas públicas vai aprofundar ainda mais a recessão e não resolverá a questão da dívida, pois provocará queda na arrecadação. Lessa afirma que o governo aceitou uma definição de dívida pública imposta pelo FMI, definição que obrigará a cortes que de outra maneira seriam evitados.